



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000916-69.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP/COSEG.

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contrato nº 15/2023 -

Contratada: **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA**

LTDA - Objeto: Contratação **emergencial** de serviços de engenharia: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças do sistema elétrico dos edifícios do TRE-RO em Porto Velho - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 59 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após operou-se a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL da empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.706.238/0001-04, pelo prazo 1 (um) ano, sem possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 15/2023 ([1033232](#)), o qual se encontra em plena vigência até 11/07/2024.

02. Na Solicitação nº 21, de 02/04/2023 ([1141655](#)), o Chefe da SEMAP, unidade gestora do contrato - de acordo com sua CLÁUSULA NONA - descreve a seguinte situação:

I - O contrato emergencial tem como escopo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico emergencial. No transcurso da execução dos serviços defeitos nos grupos geradores do Edifício Sede, Anexo II e Fórum Eleitoral causaram a interrupção do funcionamento desses equipamentos. **Relatório técnico** de manutenção corretiva ([1088823](#)) apontou a necessidade de substituir diversas peças. A contratada cedeu a título de empréstimo alguns equipamentos em substituição àqueles de propriedade do TRE-RO até que concluída a negociação para o seu pagamento. Contudo, à época (final de 2023), constatou-se que a empresa não apresentava certidão negativa de débitos fiscais, **situação só regularizada no início de fevereiro de 2024**. Destaca que o valor dos serviços importava R\$ 49.986,31 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos), de acordo com a página 9 do referido relatório técnico;

II - Que nesse intervalo constatou-se um problema de aquecimento no grupo gerador do Fórum Eleitoral quando esse era submetido à carga plena. Foram



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

repetidos testes e desligamentos automáticos do equipamento. Em função disso, solicitou-se providências urgentes à contratada em face da **aproximação do período eleitoral**. Assim, o grupo Gerador foi deslocado para avaliação, conforme consta no Relatório técnico de manutenção preventiva ([1141644](#)). Esse documento aponta os problemas, indica os serviços necessários e as peças a serem substituídas. O valor das peças foram orçadas em R\$ 44.154,00 (quarenta e quatro mil cento e cinquenta e quatro reais), de acordo com o documento juntado no evento [1141646](#) do PSEI [0001724-74.2023.6.22.8000](#);

III - Registra, ainda, que será necessário reativar o sistema de rampa, 1 (um) tanque de combustível para o Gerador do edifício sede e *software* com equipamento para o monitoramento eletrônico do sistema elétrico; lembra a previsão contratual contida na CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA, subcláusula segunda, que permite o aditivo de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial total do contrato de R\$ 310.8000,00, elevando-o até R\$ 388.500,00. Como não haverá alteração no valor dos serviços mensais contratados - e diante da necessidade de manter saldo para aquisição futura de peças - propõe acrescer o percentual máximo legal de correspondente a R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais) tão só no valor estimado para aquisição de peças que passaria dos atuais R\$ 36.000,00 para R\$ 95.700,00. Informa, por fim, a fonte para a suplementação orçamentária do valor acrescido.

03. Por meio do despacho 695/2023 ([1142075](#)) o Secretário da SAOFC realizou breves considerações sobre o pleito e remeteu o feito à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração da minuta de instrumento contratual e esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

04. A Programação Orçamentária para custear o acréscimo da despesa pretendida no exercício de 2024 foi juntada no evento [1142642](#), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 consta do processo SEI nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#).

05. A minuta de Termo Aditivo nº 01 para o registro do acréscimo pretendido foi trazido ao processo pela SECONT ([1143437](#)).

06. Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. Em função de diligências ([1144091](#)) a SEMAP retificou os efetivos valores dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acréscimos pretendidos ([1144215](#)), estando esses de acordo com a minuta do termo aditivo já trazida ao processo. É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0000916-69.2023.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

08. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

10. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (Sem destaques no original)

11. Além da previsão legal acima reproduzida verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato nº 15/2023: ([1033232](#))

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – *Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, observando o que segue:*

Subcláusula Primeira - *Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.*

Subcláusula Segunda - *A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.*
(...)

12. Contudo, torna-se necessário registrar que a pretensão da SEMAP, unidade gestora, de acréscimo do objeto do contrato possui algumas particularidades que serão explicitadas neste capítulo.

13. A primeira diz respeito ao fato de que o contrato em análise foi celebrado com fundamento no **art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021**, que prevê a possibilidade da dispensa de licitação para a aquisição de bens e contratação de serviços, entre outros, nos casos de atendimento de **demandas emergenciais**. Assim, o contrato original é do tipo emergencial, o qual, segundo esse dispositivo, presta-se tão só ao atendimento da situação emergencial evidenciada e que possa ser concluído no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação do contrato e a recontração de empresa já contratada com base nesse fundamento.

14. Dai releva indagar se, dimensionado o objeto ao estrito atendimento da demanda emergencial, poderia esse ser ampliado nos limites definidos pela NLLC?. A resposta é positiva. Isso porque as modificações em geral (quantitativas - acréscimos e supressões - ou qualitativas), têm como fundamento justamente a ocorrência de fatos supervenientes à contratação originária, sob pena de caracterizar-se, na verdade, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ineficiência ou a falha da atuação administrativa. Alie-se ainda o fato de que as alterações não poderão desnaturar o objeto originalmente contratado.

15. Nesse sentido, verifica-se que a unidade gestora narra justamente uma situação superveniente à celebração do contrato, o qual tem como objeto a manutenção preventiva e corretiva ordinária dos equipamentos, com troca de alguns elementos consumíveis e que, pelo que relatado pela unidade gestora, não previa os defeitos de grande extensão como ocorridos nos grupos geradores. Como visto, o acréscimo pretendido continua intrinsicamente associado ao atendimento da demanda original, haja vista que somente com o reparo dos grupos geradores será possibilitado o funcionamento regular da geração emergencial de energia elétrica nos prédios da Justiça Eleitoral nesta Capital. Repita-se, serviços que serão executados dentro do prazo de vigência do contrato emergencial. Dessa forma não há restrição à aplicação dos limites gerais para os acréscimos estabelecidos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, embora ainda sob o regime da Lei nº 8.666/93:

(...)

Considerando isso, bem como, que não há na Lei 8.666/93, como um todo, nenhum óbice quanto à possibilidade de aditamento contratual em contratos para os quais houve dispensa ou inexigibilidade de licitação, por consequência, a princípio, o contrato ao qual se alude na presente consulta se submete, indistintamente, às regras da Lei 8.666/93, dentre elas, exatamente, a possibilidade de aditamento contratual quantitativo para mais, mediante acréscimo. Isto, desde que, conforme pontuado anteriormente, dentro do advertido limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Referido entendimento é reforçado pelos ensinamentos de Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES, observe-se:

12.4. alterabilidade dos contratos decorrentes de contratação direta

A Lei nº 8.666/1993 estabeleceu restrições à alteração do contrato, de modo a preservar a integridade do objeto licitado, pois foi sobre ele que ocorreu a competição e a proposta mais vantajosa.

A teoria geral sobre alteração dos contratos administrativos submete-se a maiores restrições quando o contrato não foi antecedido de licitação.

(...)

a) Alteração do objeto.

A regra geral está colocada nos arts. 57 e 65.

A mudança do objeto, contratado diretamente sem licitação, não pode afrontar o que consta do processo referente à justificativa. Como por exemplo:

(...)

a.2. art. 24 - a alteração do objeto que descaracterize o requisito da contratação:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- inciso IV- contratar objeto que não guarde pertinência com urgência de atendimento - FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação Direta sem Licitação*. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 695-696.4 (grifos no original).

De acordo com o autor, portanto, pela via da alteração contratual, qualquer que seja, em se tratando de dispensa emergencial, não será possível a contratação de objeto que não guarde pertinência com urgência de atendimento; de modo que, em uma interpretação às avessas, alterações que não sejam assim configuradas, observadas as disposições do art. 65 da Lei 8.666/93, em contratações desta natureza, poderão ser admitidas. (Negócios Públicos. Reposta à Consulta, disponível em: <https://sollicita.com.br/>.)

16. A segunda refere-se ao fato de que a unidade gestora, após apurar a margem máxima de acréscimo ao valor do contrato (R\$ 77.700,00) pretende aplicá-la apenas no valor estimado para aquisição de peças, elevando-a para R\$ 113.000,00. Essa medida é pouco utilizada rotineiramente porque, de ordinário, o acréscimo quase sempre incide sobre todos os serviços objeto do contrato. Contudo, entende-se que no caso em análise ela é oportuna e necessária para o correto atendimento da demanda da Administração. Isso porque não faria sentido acrescer os serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, porquanto o que se busca é tão só a aquisição de peças com valores superiores ao inicialmente estimado na contratação emergencial. Por sua vez, a solução não destoa da necessária juridicidade em função do regime de empreitada por preço global para a execução dos serviços do contrato emergencial, na forma registrada na sua CLÁUSULA TERCEIRA.

17. Nessa situação, o percentual de acréscimo não está limitado a um determinado item, mas ao valor atualizado do contrato, ainda que a alteração recaia apenas sobre um ou alguns itens. Neste sentido:

Tribunal de Contas da União - TCU:

A base de cálculo dos limites para a alteração depende do critério de julgamento da licitação e de adjudicação do objeto. Em contratos decorrentes de licitação com critério menor preço com adjudicação por item, o limite deve ser calculado sobre o valor inicial atualizado do item que sofrerá a alteração, pois, nesse caso, cada item se constitui em objeto autônomo, cuja reunião em um mesmo edital de licitação decorre de mera conveniência administrativa. Se a licitação tiver sido por menor preço e a adjudicação por lote ou grupo a um único vencedor, os limites serão calculados com base no valor atualizado do lote ou grupo. Se a licitação tiver sido por menor preço e a adjudicação global a um único vencedor, os limites serão calculados com base no valor total atualizado do contrato. (Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023, p. 903, disponível em: <portal.tcu.gov.br/>)

Advocacia Geral da União - AGU:

Parecer 00005/2022/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU - Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos da Procuradoria-Geral Federal (NUP: 00812.000089/2022-73)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO QUANTITATIVA DO OBJETO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

BASE DE CÁLCULO PARA INCIDÊNCIA DOS LIMITES LEGAIS. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO. JOGO DE PLANILHAS.

I. A base de cálculo para incidência dos limites para alteração do objeto contratual, previstos no art. 65, §1º, da Lei n. 8.666, de 1993, relaciona-se com o critério de julgamento da licitação e da adjudicação do objeto.

II. Em contratos derivados de licitação em que o critério de julgamento tenha sido o menor preço por item, com adjudicação por item, o limite legal para alterações do objeto deve ser calculado sobre o valor do item que sofrerá a alteração, pois, nesse caso, o objeto é independente e a reunião em uma mesma licitação decorre de mera conveniência administrativa.

III. Na hipótese de o contrato derivar de licitação com critério de julgamento o menor preço global e adjudicação global, o limite legal para as alterações do objeto deve ser calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato, ainda que a alteração recaia sobre apenas um ou alguns itens.

IV. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, o edital de licitação e o contrato devem trazer medidas para evitar o chamado "jogo de planilhas", nos termos do Decreto n. 7.893/2013, especialmente, a elaboração de um projeto básico completo e definitivo, o critério de aceitabilidade dos preços unitários e a manutenção do percentual de desconto.

V. É vedada a compensação entre acréscimos e supressões contratuais, nos termos da Orientação Normativa AGU n. 50. (sem destaques no original)

18. É importante registrar que as controvérsias acerca do acréscimo em um único determinado item de serviço, mesmo em contratos que adotam o regime de empreitada por preço global, têm fundamento em função dos chamados "jogos de planilha", instrumento ilícito pelo qual se busca alterar a quantidade de um único determinado item para proporcionar vantagem econômica superior àquela conformada no certame licitatório ou quando da contratação direta. Os demais itens, não interessantes ao contratado, permanecem inalterados. **No caso em análise essa situação está totalmente afastada.** Isso porque o "item" que se pretende acrescentar não foi objeto de disputa ou mensuração de razoabilidade de preços quando da contratação emergencial. Os valores que se pretendem atualizar são utilizados para o ressarcimento de peças efetivamente fornecidas pela contratada durante a execução dos serviços de manutenção, com procedimento estabelecido pelo item 2.2 da CLÁUSULA PRIMEIRA do contrato, que prevê cotações de mercado para apurar o menor valor do insumo/peça, com reembolso pelo valor efetivamente despendido, mediante apresentação de comprovante de aquisição das peças substituídas.

19. Em conclusão, as informações prestadas pela unidade gestora do contrato na Solicitação nº 21/2023 - SEMAP ([1141655](#)) parecem conter as justificativas do aditivo para o atendimento eficaz da **demand emergencial** deste Tribunal. Verifica-se também que o acréscimo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendido não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos. Assim, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade gestora, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica do acréscimo, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021** e, **ainda, na Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 15/2023** ([1033232](#)).

IV - DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO

20. Com a finalidade de registrar o ato já analisado e considerado legal e regular por este parecer, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato Administrativo nº 15/2023, juntado no evento [1143437](#). Assim, resta a esta unidade jurídica, de acordo com o **§ 4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, realizar o necessário controle prévio de legalidade para verificação da adequação de suas regras à realidade fática e jurídica que se pretende regular, o que se fará adiante:

I - Título e Preâmbulo: redação adequada;

II - CLÁUSULA PRIMEIRA:

Item 1: Registra o acréscimo de 25% ao valor total do contrato: **redação adequada** na forma analisada na Capítulo III deste parecer;

Item 2: Inclui no contrato disposição expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução nº 31/2023/TRE-RO: **redação adequada** ao artigo 26 da referida norma local, em cumprimento ao Despacho 2215/2023 da lavra do Secretário da SAOFC ([1064625](#)).

Subcláusula única - referência ao histórico da contratação que consta no anexo I do instrumento: **redação adequada**.

II - CLÁUSULA SEGUNDA: Registra o valor total do aditivo R\$ 77.700,00, o novo valor de R\$ 113.700,00 do item "peças" e de R\$ 388.500,00 do contrato: Escapa da competência desta unidade o pronunciamento sobre os novos valores do contrato registrados nesse item.

Subcláusula Primeira: Descrição da fonte orçamentária. **redação adequada**, decorre de exigência legal: art. 92, VIII, da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda: Registra a atualização do valor estimado do contrato para fins de verificação dos limites máximos de acréscimos e supressões: **redação adequada**, decorre de regra legal: art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

III - CLÁUSULA TERCEIRA - Garantia: Registra a obrigação de a contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do termo aditivo, a complementação da garantia contratual, no valor correspondente de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do instrumento: **redação adequada**, decorre de regra legal: arts. 96 c/c 98 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusula Oitava do contrato originário.

IV - CLÁUSULA QUARTA - Fundamento legal: Registra as fontes normativas que embasaram o ato do acréscimo do objeto: **redação adequada**.

V - CLÁUSULA QUINTA - Ratificação dos demais elementos do contrato: **redação adequada**.

VI - CLÁUSULA SEXTA - Registra a **publicação resumida do ato** no PNCP, sítio eletrônico deste Tribunal e DEJE-RO: **redação adequada, obrigação decorre do comando contido nos arts. 94, II c/c 175 da Lei nº 14.133/2021**.

VII - ANEXO I: Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada**.

21. Face a análise detalhada no item anterior, verifica-se que os dados registrados na minuta trazida ao processo pela SECONT no evento 1143437 encontram-se em conformidade com os valores informados pela unidade gestora - sobre os quais esta unidade jurídica não tem competência para se manifestar - e contêm os elementos mínimos definidos pelas regras da Lei nº 14.133/2021 e demais normas citada neste parecer. Nesses termos, conclui-se que referida minuta atende aos princípios e diretrizes que norteiam a aplicação das normas citadas, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V – DA CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Solicitação nº 21/2024 - SEMAP ([1141655](#)), com fundamento no art. 124, I c/c o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, na Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 15/2023 ([1033232](#)).

i. Conforme já apontado no **item 04 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2024 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida** ([1142642](#)).

23. A análise formal dos termos da minuta carreada ao processo pela SECONT no evento ([1143437](#)), revela que o instrumento encontra-se em harmonia com a legislação de regência e com a redação adequada ao aditivo de acréscimo pleiteado, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, naquilo que aplicável.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 08/04/2024, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1144384** e o código CRC **CA3100FD**.